

NEGRAGAYJUDIA: TRÊS PESSOAS EM UMA (AUTO) BIOGRAFIA

■ ELAINE PEDREIRA RABINOVICH

<https://orcid.org/0000-0002-3048-6609>

Universidade Católica do Salvador

■ ANA MARIA ANUNCIAÇÃO DA SILVA

<https://orcid.org/0000-0002-8134-6737>

Secretaria Municipal de Educação de Ichu (BA)

■ ANTONIO JOSÉ DE SOUZA

<https://orcid.org/0000-0003-3416-5527>

Universidade Católica do Salvador

Secretaria Municipal de Educação de Itiúba (BA)

RESUMO

O texto é escrito por três mãos e pessoas diferentes, objetivando lançar mão das suas memórias e histórias de vida, reproduzem-nas sem negligenciar o entrecruzamento benfazejo com outras vozes e pessoas, inclusive como os teóricos e as teóricas. Por isso, através da autoetnografia, que é um método autobiográfico e etnográfico, pode-se contemplar as histórias narradas pelo(as) autor(as) e suas relações com o mundo. Desse emaranhado, têm-se as experiências, o processo que, por ora, foi tomado a partir da infância para avançar na novidade revelada por si e a si mesma/mesmo, provocando a consciência identitária, em especial, negra e gay.

Palavras-chave: Identidades. Infância. Ser negrogay. Pesquisa (auto) biográfica.

ABSTRACT

BLACKGAYJUDY: THREE PEOPLE IN A (SELF) BIOGRAPHY

The text is written by three different hands and people, aiming to make use of their memories and life stories, reproduce them without neglecting the beneficial interweaving with other voices and people, including theorists and theorists. Therefore, through autoethnography, which is an autobiographical and ethnographic method, it is possible to contemplate the stories narrated by the authors and their relations with the world. From this tangle, there are the experiences, the process that, for now, was taken from childhood to advance in

the novelty revealed by you and yourself / yourself, causing identity consciousness, especially black and gay.

Keywords: Identities. Childhood. Be negrogay. (Auto) biographical research.

RESUMEN **NEGRAGAYJUDY: TRES PERSONAS EN UNA (AUTO) BIOGRAFÍA**

El texto está escrito por tres manos y personas diferentes, con el objetivo de utilizar sus recuerdos e historias de vida, reproducirlos sin descuidar el entrelazamiento beneficioso con otras voces y personas, incluidos teóricos y teóricas. Por lo tanto, a través de la autoetnografía, que es un método autobiográfico y etnográfico, es posible contemplar las historias narradas por los autores y sus relaciones con el mundo. A partir de este enredo, están las experiencias, el proceso que, por ahora, se tomó desde la infancia para avanzar en la novedad revelada por usted y usted / usted mismo, causando conciencia de identidad, especialmente negra y gay.

Palabras clave: Identidades. Infancia Se negrogay. (Auto) investigación biográfica.

Introdução: terceto, estrofe e três versos

O texto é escrito por três mãos e pessoas diferentes com imbricações tanto históricas quanto fatídicas; aqui, lembradas pela “problemática do bastardo” anunciada na apresentação do livro *Reflexões sobre o racismo*, no qual Sartre (1965) desenvolve, no primeiro ensaio, uma análise psicológica sobre o judeu, o “bastardo amaldiçoado”, e, no segundo ensaio, sobre o negro, “o bastardo vítima do colonialismo”. Nesse sentido, acrescentamos o terceiro bastardo – o gay, o bestial –; “bodes expiatórios”, pois “[...] o pecado, a culpa, [...], a paranoia, encontramos-nos em terreno homossexual. Em resumo [...] aplica-se perfeitamente ao preto [...]” (FANON, 2008, p. 156) e, em certa medida, ao judeu.

Por isso, decidiu-se por estruturá-lo numa sequência de três seções, como as que constituem um poema, isto é: cada agrupamento de

versos, formando estrofes. Obviamente, por se tratar de um artigo, não haverá versos, rimas e, conseqüentemente, a estrofe propriamente dita. Terá, sim, uma poética escrita em primeira pessoa na qual o(as) autor(as), lançando mão das suas memórias e histórias de vida, reproduzem-nas sem desprezar o entrecruzamento benfazejo com outras vozes e pessoas, inclusive como as teóricas e os teóricos.

Sendo assim, na seção inicial, intitulada “Autoetnografia, experiência e infância”, a primeira autora toma para si a incumbência de apresentar, de modo breve, a base metodológica deste artigo; mostrando-nos a autoetnografia como um método autobiográfico que contempla a história narrada e as relações com o mundo. Desse emaranhado, têm-se as experiências, o processo que, por ora, foi tomado a partir da infância, sem negligenciar o que se

segue depois, afinal, a “[...] escrita e vida, ou, melhor dizendo, escrita e vivência [...] é uma forma de *escrivivência* [...]” (EVARISTO, 2017, p. 9, grifo da autora); é outro nome para memórias, narrativas e patrimônios. Definitivamente, uma novidade quando revelada por si e a si mesma/mesmo.

Em “Negra da roça: andanças entre o eu e o ‘outro’”, a segunda autora volta à infância, “pisando” o passado com pés de quem compreende o sagrado; projetando-se como “[...] iluminuras a tela de suas lembranças [em] cenas geradas [...]” (SOUZA, 2018a, 74) num cenário simples, tocante e reflexivo. A autora escreve e compartilha parte das crônicas da criança negra que, ao caminhar no chão batido e árido rumo à escola da cidade, percebeu-se “inconveniente” por suas diferenças. Cresce diante dos nossos olhos curiosos típicos de leitores e se torna professora consciente das identidades e culturas do campo/roça.

Vale destacar que a mencionada seção é fragmento de um estudo maior, orientado pelo terceiro autor, o mesmo que, no texto “A vergonha da própria existência”, toma posse da prerrogativa das memórias ressignificadas e reproduz, em parte, a sua tese de doutorado, em construção, sob a orientação da primeira autora. Nesse relato, tem-se o convite para entrar e atravessar as cortinas frágeis que separam os cômodos da casa interior; descortinando os recônditos que somente portas podem esconder, como o “quarto da bagunça”, da vergonha. Aqui, uma metáfora acerca da peregrinação de ordem íntima a partir da decisão de um vir a ser, um arrumar-se para, enfim, tornar-se gay.

Autoetnografia, experiência e infância

Sem a experiência, sem a infância do homem, a língua seria certamente um jogo e sua verda-

de coincidiria com o seu uso correto, seguindo apenas regras lógicas. (RABINOVICH, 2005, p. 123)

Faço parte de um grupo de pesquisa que utiliza a autoetnografia como método de acesso à nossa produção, estudos e reflexões. A autoetnografia é um método autobiográfico e etnográfico, em que a história relatada pertence tanto à pessoa quanto ao mundo no qual ela se movimenta, sendo tanto o processo quanto o que é produzido nesse processo. Refere-se, assim, à escrita da pessoa e de suas relações com a cultura, com o social e com o político. Desse modo, a autoetnografia sobrepõe arte e ciência; é parte *auto* ou *self* e parte *ethno* ou cultura, expondo múltiplas camadas de consciência (ELLIS, 2004).

Um dos modos de se realizar o relato autoetnográfico é pela escrita da infância. A escrita da infância pode abrir espaços para a liberdade individual, e permitirá ao sujeito individual escapar às fatalidades históricas e sociais às quais esteve e está submetido. Nessa direção, Graciliano Ramos (1946-1995) após ter sido preso por convicções políticas e ideológicas, escreveu, no final de sua vida, um texto autobiográfico, *Infância* (1995), no qual relata como a sua infância foi uma época decisiva na qual se formaram suas convicções éticas, que marcaram a sua existência como escritor, provocaram sua resistência ante qualquer autoridade e fundaram seu ateísmo. Segundo Nitschack (2009), para Ramos, é pelo sofrimento que aparecem as contradições, as imperfeições, as fissuras do sistema totalizador e repressor nas quais se instala o sujeito individual. O sofrimento permitiria, assim, descobrir o lugar da subjetividade possível, o lugar da liberdade que se abre para o sujeito no encontro da palavra com o mundo e construir uma coerência necessária entre a sua infância e a vida atual de escritor.

Para Graciliano Ramos, o fundamento do narrar é sempre a experiência, sendo essa experiência do sujeito individual que legitima a narrativa. Para esse autor, o sujeito se confirma como tal no entre-lugar entre linguagem e mundo, nessa fissura que se instaura entre essas duas forças ou realidades objetivas. Somente um ato de rebeldia, seja contra a linguagem, seja contra o mundo, pode fundar a liberdade subjetiva. Na sua visão, o sujeito não está preso neste mundo sem saída. Desde a fissura onde ele se constitui, ele tem a oportunidade da intervenção criativa, seja um ato de significar, em um ato poético, seja em um ato prático, concreto. Nos dois casos, trata-se de um processo transformativo: a dor, que é indispensável para a formação do sujeito, converte-se em uma energia que busca acabar com o sofrimento, a injustiça e a repressão (NITSCHACK, 2009).

No que se refere a mim, ao escrever um episódio de minha própria infância e conectá-lo ao tema de doutorado (RABINOVICH, 2013), resultou no surgimento de algo desconhecido por mim – uma experiência de novidade, “aclamando o estupor como método”, na linguagem de Cannevacchi (2013, p. 31) – e um sentido de transpassar muitos tempos diferentes: um tempo de eu-criança, o tempo de eu-escrevendo-a-tese e um tempo como eu-pesquisadora. Eu me vi revelada por mim mesma e a mim mesma.

Portanto, alguns escritores afirmam que, durante a sua infância, algumas experiências pelas quais passaram, como as de dor, mas também outras, tornam-se guias para sua atividade adulta. De modo correspondente está a experiência, vista como algo que precede todas as coisas (ROMANO, 2010).

Não tenho o culto da infância como fonte de saber, longe disso: apenas que é porque fomos crianças, é que temos a poética como uma dimensão do ser. A poética necessariamente

é uma expansão, no tempo e no espaço, nos transfere para outro lugar onde somos o que não somos, ou não somos o que somos, tanto faz. Assim, a instrução para construirmos os relatos autobiográficos foi tentar nos colocarmos com o olhar de nós-crianças. É claro que o adulto de hoje dirige essa criança, e há pessoas que atingem a criança mais facilmente do que outras.

Com isso, estou apontando que iniciamos esses caminhos poéticos, sem muita noção de nada, e eles nos levaram a (auto)biografia, denominação que cada vez gosto mais, uma vez que toda autobiografia é (auto)biografia, tem uma biografia que expande muito além da autobiografia ou da metodologia.

A questão da revelação é fundamental na poética e na autobiografia. Se fôssemos escrever o que já sabemos, não haveria nem um nem outro. Como alguns autores dizem, seria um desfilar de datas, não um desfibrar de linhas quase invisíveis. Quando nos propomos uma viagem em direção a um tempo outro, estamos nos desprendendo para avançar e recuar ao mesmo tempo em algo que Paz (1972) definiu como o “instante con-sagrado” querendo dizer com isso que o finito e o infinito se encontram, assim como cada ser singular e todos os homens, desde sempre, a humanidade inteira, também se encontram.

O método, portanto, é consentir em se entregar a uma viagem sem muito norte, nem sul, apenas um caminhar para dentro com as mãos dadas a todos que nos acompanharam, visíveis e invisivelmente, nesta caminhada. Essa imagem é para frisar o “con” do sagrado, pois o relato autobiográfico, como o estamos vivendo e fazendo, é um encontro conosco por meio dos outros, com os outros, outros esses que nossa curiosidade faz ampliar e olhar para fora, em *zoom*, ora aproximando ora afastando, para frente e para trás – como no caso presente: uma *judiabranca*, uma *mulhernegra* e um *ho-*

memgay – e como veremos acontecer nos próximos versejares.

O que quer dizer isso?

Que o método usado para os relatos (auto)biográficos servem-se da experiência sobrepujante, pois precede o mundo verbal, e mesmo o cognitivo e o mental. Não que esteja separada deles – afinal, somos um só – mas, definitivamente, não está a reboque deles. Eles – esses mundos – é que estão a reboque da experiência vinculada à poética revelada, pois elas formam, por assim dizer, uma unidade, isto é: na possibilidade de ter experiência, existe a possibilidade de ser da poética.

Negra da roça: andanças entre o eu e o “outro”

Andei pisando pelas ruas do passado criando calo no meu pé caminhador [...] andei passando como as águas, como o vento como todo sofrimento que enfim me calejou terei futuro deslizando no presente [...] (Alceu Valença, 1981)¹

A docência me conclama para um debate político, a uma reflexão, diálogo e ação. Sinto-me provocada a pensar sobre mim mesma, compreendendo os meus vínculos nesse lugar em que vivo e sobrevivo. Por isso, enquanto mulher negra, agricultora, moradora, docente da Educação Básica, pesquisadora do Campo²/roça,³ enfrentei a seca, a fome, a exploração

1 Trecho retirado da música “Cabelo no pente”, composição de Alceu Valença. Trata-se da segunda faixa do lado A do álbum *Cinco sentidos*, primeiro disco do músico brasileiro, lançado no ano de 1981.

2 A visão de campo pode ser melhor compreendida da seguinte forma *no*: o povo tem direito de ser educado no lugar em que vivem; e *do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura, e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004).

3 A “roça” é concebida aqui a partir da concepção de Rios (2011, p. 13), tomando-a como uma “ruralidade [...] envolta, principalmente, na semiótica da terra” que, sobremaneira, tem um papel estruturante na constituição da identidade.

dos latifundiários e o desprezo do poder público. A tudo isso eu resistir.

Filha, neta, bisneta e tataraneta de agricultores, pertencço a uma família batalhadora, pobre e resiliente, moradora da comunidade de Licurí no município de Ichu-Bahia, um lugar essencialmente rural, localizado geograficamente no Território do Sisal no semiárido baiano. Segundo o último Censo, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Ichu possui 5.255 habitantes, sendo o processo de emigração para outras regiões do estado, país e do mundo, um fenômeno presente em quase todas as famílias ichuenses, motivado pelo capitalismo e pela falta de efetividade das políticas públicas, causando “deslocamentos” em busca de melhores condições de vida.

A comunidade de Licurí, o lugar em que moro, possui o nome de uma planta resistente, de frutos saborosos, os quais desde cedo aprendi a comer crus, maduros, secos e cozidos, principalmente, nas noites de lua cheia, nas quais sentávamos na esteira para ouvir histórias contadas pela minha avó. Assim sendo, falo com legitimidade dessa existencialidade “da roça” onde se deu a minha construção identitária pelos meandros do trabalho na terra e pelo suor vertido do trabalho braçal para viver e sobreviver.

Desde muito cedo, aprendi a cavar a terra, plantar, capinar, colher, bater o feijão e o milho e domesticar a mandioca, ingredientes base da nossa alimentação diária que era totalmente natural. Na caatinga,⁴ vivi experiências que guardarei por toda a minha existência, pois dela trago o exemplo da resistência e

4 Segundo Roberto Malvezzi (2007), a caatinga é a cobertura característica do semiárido. No período chuvoso, ela fica verde, florida e frondosa. Mas, quando chega a estiagem, a caatinga hiberna, resseca e ganha uma aparência parda; eis a razão para o nome “caatinga”, termo indígena que quer dizer “mata branca”. Contudo, sua secura nada tem a ver com está morta, pois, basta chover para o espetáculo da ressurreição acontecer.

da esperança. Ali, entre chuvas e secas, entre a abundância e a escassez, aprendi a criar alternativas para subsistir. Armei a arapuca para pegar passarinhos e a inchô para pegar preás próximo aos gravatás.⁵ A caatinga era a “mãe” que fornecia o umbu, a cajá brava, a pitanga, a jabuticaba e a lenha para cozinhar, as folhagens do meu colchão para deitar, descansar e sonhar.

Envolta nessas experiências, que hoje me arrancam lágrimas emocionadas, iniciei minha vida escolar. A escola multisseriada⁶ em que estudei e, que hoje se encontra fechada, era o lugar do descanso, do lazer, da alegria e do encontro. Por vezes, também, foi o lugar da tristeza, pois de casa para escola tinha que subir uma ladeira na ida e outra na volta, não era tão longe, mas, cansava-me. Pela caatinga fechada, era possível encontrar outro trajeto mais fácil e rápido, contudo, minha mãe não deixava a gente ir por ali.

Eu ia à escola, também, pela merenda que tinha um novo cheiro, cor e sabor. O material didático da professora era só a lousa e o giz, e os conteúdos trabalhados por ela eram sempre alheios à minha pessoa. Estudei numa escola rural,⁷ a professora vinha de uma comunidade vizinha, montada em uma bicicleta Monark, chegava suada, cansada, mas sorrindo. Era

5 Uma bromélia espinhosa, resistente à estiagem, geralmente plantada para servir de cerca verde e separar uma propriedade da outra.

6 São pequenas escolas de classes multisseriadas, ou seja, onde se costuma ter um único professor responsável por diversos alunos de diferentes idades e séries/anos, porém reunidos em um mesmo espaço (SOUZA, 2018b).

7 Moura (2003) apresenta a educação rural como metodologicamente descontextualizada da realidade do campo/roça e dos processos identitários culturais. Desse modo, reforçava que devíamos aprender para não terminar como nossos pais, morrendo no cabo da enxada por não saber ler e escrever, que ser da roça era coisa de matuto, brocoiô, pé-rapado, ignorante, que o pessoal da cidade era mais inteligente pelo fato de viver na cidade, e que para ser feliz, teríamos que tirar os documentos, migrar para a cidade e ter oportunidade na vida. Tais posturas reforçaram, dessa forma, a negação da identidade, a baixa autoestima, a vergonha do lugar e dos nossos pais.

muito carinhosa, criativa e pontual. Eu queria a atenção dela só para mim e para cativá-la, no tempo livre, eu fazia desenhos para ofertá-la. Cada dia eu tentava desenhar melhor, eis o meu fascínio pela arte até os dias de hoje.

A mobília da escola era a sobra das escolas da cidade, faltavam cadeiras, por isso, procurava chegar cedo para garantir o meu assento. Se me atrasasse não tinha problema, sentava de lado com alguma colega querida; esse era um agrupamento sexista: menino sentava com menino e menina com menina. Costumeiramente, socializávamos a borracha já desgastada do uso frequente ou o pequeno lápis. Eu queria era aprender, dá gosto aos meus pais, pois, estrategicamente, se me esforçasse muito, tirando notas boas, por exemplo, continuaria frequentando à escola, afinal, isso sempre foi incerto para mim.

No ano de 1995, passei para uma outra etapa, o antigo ginásio, por isso tive que ir de um lugar para o outro, pois, na roça daquela época, não havia escola com essa modalidade. Por isso, sofri com o impacto da mudança de sair de uma escola da roça para uma escola da cidade. O sofrimento era parte de uma ansiedade pela mudança, afinal os colegas de escola eram também aqueles com quem pegava água nos tanques, fontes e represas longínquas. Com quem dividia as veredas em busca de lenha ou a caminho da escola. Tínhamos as mesmas origens e conhecíamos a mesma pobreza, então, não estranhávamos o lápis raquítico, o caderno de arame simples e o chinelo desgastado.

O medo era ser “o outro”, o estranho, o exótico na cidade. Era ter a minha diferença revelada diante do preconceito por ser da roça. Era o medo de ter a minha subjetividade violentada pela expectativa infeliz de ser “menos inteligente”, gerando inúmeros fatos, atitudes, falas e silenciamentos. Na sala, era comum a comparação inferiorizante entre os materiais

escolares, as vestimentas, calçados, do sotaque na fala e do meu “cabelo bombril”. A escola era Cenecista, por isso era preciso pagar uma pequena quantia de mensalidade que minha família não tinha. Então, minha mãe, através do diretor, que era muito gentil e sensível aos alunos da roça, viabilizava bolsas de estudos. Todas as professoras moravam na cidade e eram inteligentes, respeitadas; uma, inclusive, tornou-se minha madrinha de crisma, mas, suas aulas não abordavam aspectos referentes às identidades⁸ do campo/roça.

Durante o intervalo das aulas, nós brincávamos com bola, esse momento revelava explicitamente às diferenças, os grupos e os pertencimentos: o campinho improvisado de futebol para os pretos e a quadra para os brancos. A cantina onde vendia alguns lanches era um lugar tão próximo e tão distante. Próximo porque fazia parte da estrutura da escola, distante pois eu precisava ter condições financeiras para poder acessá-la. Vários foram os eventos preconceituosos que vivenciei. Um deles foi quando minha irmã alisou meu cabelo, passando o pente de ferro quente, destacando, assim, o tamanho dos fios. Então, na saída da escola, voltando para casa a pé, pois nesse dia não teve transporte, ouvi um senhor dizer: *“Olha para o cabelo dela! Pensei que não tivesse tamanho nem para amarrar”*. Naquele instante, eu silencieei e com os olhos cheios de lágrimas segui minha estrada. Confesso que até hoje quando o vejo, lembro-me exatamente do que ele disse.

Outras vezes, foi quando meus cabelos estavam soltos, naturalmente crespos, volumosos e eu saía radiante de casa, mas, infelizmente, voltava com alguns chicletes mascados colados neles. Doía para retirá-los, afinal, depois de tanto puxa, estica, o jeito era a

tesoura. Doía principalmente por dentro. Por que faziam isso comigo? Eu não compreendia, mas, mais uma vez eu escutava em casa “que não deveria soltá-los”. Por isso, passei a usar produto químico no cabelo a fim de não ser diferente e, portanto, alvo desses episódios.

Definitivamente, tratava-se da intenção de tornar-me mais próxima do “ser da cidade” para não sofrer sanções e punições “por ser da roça”. Inicialmente, fiz o jogo do tornar-me “um outro aceitável”. Mas, com o tempo rebeleime, desse modo, quando a turma dividia as personagens das dramatizações fictícias, recusava, por exemplo, o papel de empregada doméstica, rompendo com a expectativa que recaía sobre as mulheres negras da roça que viam seu futuro atrelado às cozinhas alheias. Não à toa, muitas das minhas tias e irmãs seguiram “tal destino”. Recusar o papel significava renunciar um destino que me era certo.

Após concluir o magistério, passei anos resistindo migrar para Salvador, então, eu “vendia o dia”, quer dizer, trabalhando das 7h às 16h em propriedades de fazendeiros, por uma quantia equivalente ao valor de 1 quilo de carne com osso, quando achava “convite”, pois os donos da terra não gostavam muito de chamar as mulheres para trabalhar. Ganhava pouco, até que ingressei na organização de grupos produtivos com os princípios da economia solidária.⁹ Nesse movimento me fiz forte, aprendi outras formas de resistir, as histórias de vida das companheiras eram muito parecidas com as minhas.

Realizei concurso do município de Ichu, pois o edital só exigia magistério para minha sorte. Estudei muito, foram dias, noites, madrugadas, abdiquei de tudo que pude para passar e me tornar professora. Fui aprovada e, posteriormente, lotada numa escola da ci-

8 De acordo com Ciampa (1984, p. 74), a identidade é consequência das relações que se dão, e também das condições dessa relação, “identidade é movimento é desenvolvimento concreto. Identidade é metamorfose”.

9 Na visão de Paul Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a de propriedade associada ou coletiva do capital e o direito à liberdade individual.

dade. Ali, eu era a estranha por ser a professora negra da roça sem experiência docente. Muitos dos meus alunos eram negros de classe popular e imersos em contexto de vulnerabilidade. Não entendia, mas hoje eu suponho, quais critérios eram utilizados para organizar as turmas, pois é comum nas escolas de Ichu que os filhos de pessoas brancas estudem pela manhã e de pessoas negras à tarde. Seria por isso que eu – professora negra – só podia lecionar para crianças negras? Problematizei isso por perceber a segregação, socializei com outras colegas, procurei algumas direções da cidade que não negaram o fato de que muitos pais dos alunos brancos não queriam “a mistura” e que eles, os pais, têm que trabalhar pela manhã. Eu como uma docente negra sempre questioneei se “os pais negros não têm nenhuma ocupação?”, no entanto, sempre recebi como resposta que se tratava de um privilégio cristalizado, por assim dizer!

Recebi a desconfiança em alguns olhares. A diretora não falava diretamente, mas queria que eu planejasse as aulas com a professora branca experiente. Talvez eu tenha negado minha identidade de alguma forma, para me afirmar, ganhar confiança. Esforcei-me muito, até que galguei destaque pelo compromisso e criatividade ressaltada pela diretora. Passada essa fase, veio o processo eleitoral da cidade e eu fui transferida para uma escola no campo/roça, como castigo por ter feito oposição ao prefeito eleito. Recebi a portaria de transferência pelas mãos de um mototáxi, sem diálogo algum.

Confesso que me senti inferiorizada não por ir lecionar na roça, mas pela forma como foi feita a transferência e pela falta de condições, por exemplo, não tinha transporte e, por isso, era obrigada a andar 4 Km debaixo do sol e da chuva. O clima não era o maior desafio do trajeto, mas o medo era do “lobo mau”, já que na condição de “Chapeuzinho Vermelho”,

andando sozinha pelo caminho deserto, temia ser violentada de alguma forma.

Fui bem acolhida na escola por todos indistintamente, inclusive pelo diretor. Eu tinha sido professora do filho dele na cidade e ele conhecia o meu trabalho. Juntamente com a equipe, desenvolvi um trabalho voltado à realidade do aluno, pois já havia sido instigada por Francisca Maria Carneiro Baptista¹⁰ e era conhecedora da metodologia do CAT¹¹ desenvolvida pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) desde sua implantação no município, da qual participava efetivamente, através do Movimento Social.

Foi com a minha transferência que conheci a Lei municipal da Educação do Campo nº 014/2014.¹² Comecei a estudá-la para apropriar-me das suas disposições, infelizmente, há ainda uma realidade de desconhecimento dessa lei por parte de alguns professores, principalmente aqueles que atuam no ensino fundamental II, consequência da ausência de uma política de formação inicial/continuada a partir da identidade do campo/roça. Nesse sentido, os alunos deixam de estudar na perspectiva do fortalecimento da identidade. Daí, o meu interesse em desenvolver estudos e

10 Professora e militante do Movimento Social. Uma das personalidades mais importantes do Movimento de Organização Comunitária (MOC), responsável, entre outras coisas, por ministrar cursos de capacitação para docentes do campo/roça. O MOC foi fundado em 1987, possui uma trajetória de luta, autonomia, suas ações estratégicas baseiam-se na luta por direitos, na participação dos sujeitos para a busca de direitos fundamentais.

11 O Programa CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade do Campo) é desenvolvido pelo MOC em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com as Secretarias Municipais de Educação e Sociedade Civil, contribuindo na elaboração de propostas curriculares que reflitam a realidade, através do princípio fundante da valorização da identidade do campo, da cultura e da diversidade. Tem a contextualização como regra, privilegia o território, as potencialidades, estimula a criação de projetos de vida, organização familiar, comunitária, política. Em suma, ver o campo como lugar de possibilidades, desconstruindo a ideia de limitação.

12 A Lei nº 014/2014 dispõe sobre a Educação do Campo no município de Ichu.

pesquisas acerca da docência no fundamental II com ênfase nas histórias de vida-profissão-formação desses professores.

Por conseguinte, adentro o território das memórias, das identidades e culturas do campo/roça por entender que “[...] cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida que nem sempre é vivida no emaranhado das relações sociais [...]” (CIAMPA, 1987, p. 127).

Nessa perspectiva, abri o caminho de minha história de vida, permitindo que algumas verdades fossem atravessadas, analisando como as identidades e a cultura do campo/roça emergem da minha história de vida-profissão-formação docente; identificando acontecimentos que impactaram essa trajetória formativa, refletindo sobre o que foi feito desses eventos/fatos, bem como sobre meu encontro com a identidade negra e os solavancos racistas de quando e vez.

A vergonha da própria existência

[...] o caso de um menino, que conto agora. Menino como os outros, como esses milhões de meninos do Brasil, anônimos, enfiados pelo mato, pelas roças, pelas vilas, cidades e prédios. (TREVISAN, 2017, p. 117)

No estágio inicial do desenvolvimento psíquico, como sintetizou Costa (1983), é quando as identidades são desenhadas a partir de duas perspectivas: a primeira, referindo-se ao olhar dirigido à pessoa que ocupa a função materna; e, a segunda, sobre a imagem corporal produzida de si mesma pelos sentidos mais imediatos da criança. Desse modo, buscando inicialmente a diferença, encontra-se a igualdade – uma identidade que transcende a individualidade (CIAMPA, 1998). Nota-se que a classe de pertencimento é primária ao ser a julgar pela disposição em definirmos uma po-

sição social, localizando-nos numa família determinada.

A partir desses princípios, a noção de família converge para o que Sarti (2004) chamou de “categoria nativa”, isto é, aquela baseada nas significações vindas de quem as viveu – os seus integrantes –, elaborando uma perspectiva de família a partir das narrativas contadas desde o nascedouro e no decurso do tempo, por ditos e não ditos, por movimentos e comportamentos. Nessa lógica, explícito e considerado, aqui, o meu ponto de vista, advertindo quanto ao fato de não haver garantia de que o que é imputado ao “outro” corresponda ao imputado por “ele” a si mesmo, pois, conforme a mencionada autora, trata-se de um dilema intrínseco aos vínculos intersubjetivos.

Por isso, a família é o lócus da experiência que Rabinovich (2015a; 2015b), à luz do pensamento do filósofo Giorgio Agamben, defende como análoga à novidade, sem desconsiderar, evidentemente, a tradição. Refiro-me à novidade, pois vinda de algum lugar nos assenhora e descortina um mundo, inclusive o mundo subjetivo. Essa noção da experiência/novidade está para além da fala/linguagem, mas também está nela; afinal, na infância, constitui-se a capacidade humana de falar. Não nascemos falando, é na família que encontramos a novidade das primeiras falas e experienciamos o processo no qual construímos a própria imagem e a imagem do mundo de fora, através da experiência que passa a ser embasada por fatos que são história e acontecimento. Nesse sentido, a família tem a prerrogativa de ser esse sistema de mediação e relação entre o indivíduo e o outro; entre a identidade familiar com outras identidades (SARTI, 2004; DONATI, 2008).

Isso posto, lembro que foi a minha mãe quem me alfabetizou, confirmando a constatação de Perrot (1993, p. 77), quando declara que

a família é uma “célula da reprodução”, querendo dizer com isso que por intervenção das “mães-professoras”, as crianças tinham as primeiras experiências de socialização e aprendizagem, reproduzindo também a sociedade, ou melhor, o estrato em que estão inseridas, bem como a história de onde vêm. Assim, desde cedo, gostava de escrever cartinhas ilustradas com desenhos e traços e contornos típicos de criança imaginativa, feliz em ter a mãe capturada no retrato pintado. Eu a desenhava linda, de cabelos frondosos e encaracolados, boca farta e vermelha, olhos grandes e pele marrom-amarelado-encorpado. Não tinha resistência a essa cor, éramos todos variações do marrom: minha bisavó, mãe e irmãos, exceto minha vó; ela tinha pele clara, cabelos pretos lisos e ondulados, lábios grossos e nariz largo.

Era assim minha família! Não falávamos das nossas diferenças em pautas politizadas ou hasteadas como bandeira em honra e orgulho. O meu mundo era minha casa, cheia de gente com quem me identificava; por conseguinte, se eles não se identificavam com raça alguma, eu também não.

Nesse sentido, a socialização viabiliza a compreensão da criança sobre o mundo através, por exemplo, das experiências vividas; cumprindo-se, gradualmente, a acomodação das regras reconhecidas como necessárias pela sociedade. Essa verificação remete-me à Teoria Sócio-Histórica de Lev Vygotsky (1896-1934) que, segundo Neves e Damiani (2006), tem sido aceita por quase todos como a teoria da aprendizagem, pois elucida o quanto o meio social é determinante para o desenvolvimento humano, mediatizado pela aprendizagem da linguagem, que acontece fundamentalmente a partir da imitação.

De acordo com as referidas autoras, Vygotsky compreende o homem como um ser histórico, logo, uma confluência oriunda dos emaranhados sociais, engendrando a consciência

a partir das relações que os homens estabelecem entre si, por meio da linguagem. Desse modo, avançar no “tornar-se pessoa” implica fazer parte de uma comunidade, na verdade, várias comunidades.

Isso posto, antes de ter a presença de outros “outros” que correspondiam a todos os demais sujeitos exteriores à comunidade familiar, eu vivi, de certo modo, alheio às minhas diferenças e, naquela fase, nem poderia saber, porque muita coisa do mundo era um difuso enigma. Apenas tinha a consciência de ser o último filho de minha mãe, uma autoidentificação referenciada por bases relacionais que aconteciam no âmbito de uma família que, até então, era totalizante, pois mediava as relações que eu tinha dentro e fora dela e, nesse sentido, muito da minha vida cotidiana transcorria entre ou à volta da família (DONATI, 2008).

Eu fui uma das crianças da epígrafe, que abre esse subtópico, vivendo numa cidadezinha do sertão baiano de ruas largas, outras nem tanto, mas todas pacatas e silenciosas. Ali, as coisas próprias da modernidade tardavam a chegar, as horas custavam a passar e não carecia urgência, por isso, os passos eram sem pressa, prolongados em pausas de “proseios”¹³ aqui e acolá. Era um lugar pequeno no qual se sabia tudo, ou quase tudo, de todos.

Nessa atmosfera, a família de origem ainda era definidora do *status* social e determinava o acesso, ou não, à cidadania plena, bem como mantinha incrementada a lógica da filiação na-

13 Significa trocar ideias com alguém; bater papo, dialogar, papear, prosa. Modo característico, da minha região, de flexão do verbo prostrar. Refiro-me à minha cidade Itiúba, palavra derivada da expressão tupi-guarani – *tuyba* – que significa “abelha dourada”, é uma pequena cidade onde eu nasci e vivi. Município do interior da Bahia, localizado na região centro-norte, faz parte do semiárido e do Território do Sisal. Está localizado aproximadamente a 378 km de Salvador. Itiúba é lembrada por suas serras exuberantes, inclusive, retratadas nos *Sertões* de Euclides da Cunha, e por suas terras sertanejas de difícil acesso, o que teria causado o fracasso ao anunciado ataque do Capitão Virgulino, o Lampião.

tural que desprezava o “bastardo”, preservado na conotação pejorativa (PERROT, 1993). Eu não sabia, mas, nessa época, as perspectivas dos “outros” sobre mim não eram individualizadas, a julgar pela estratificação social transmitida dos progenitores para a prole; assim, eu não era a “pessoa em si”, era membro de uma “certa família” (DONATI, 2008), na qual a mãe e pai eram uma só pessoa que, como mostra Perrot (1993, p. 76), “[...] geralmente a mulher, mãe solteira [...] assume a guarda e o encargo dos filhos” e, também por isso, recebia a pecha e o prognóstico de não ser capaz de desempenhar correta e adequadamente o seu papel como família.

Havia na criança que eu fui – espoleta, risonha, comunicável e traquina – um pouco do personagem Zezinho¹⁴ de José Mauro de Vasconcelos (1920-1984) que, por tantas diabruras, diziam ter o “tinhoso” no corpo. Digo isso, porque, por via de regra, a reboque das minhas diabruras, os meus irmãos mais velhos – um menino e uma menina – sob alvoroço ou insuflados por um aborrecimento qualquer, alvejavam-me com xingamentos ou apelidos, mas havia um que era notadamente infalível: “seu viadinho!”. Eu revidava-os expondo, no diapasão exagerado, suas características sobressalentes e, se não surtisse o efeito desejado, inventava deformidades jocosas ou falha moral esdrúxula. Inicialmente, não me sentia entrincheirado entre os meus irmãos, posto que nossas zangas, atritos e litígios processavam-se no perímetro da intimidade familiar e, sinceramente, os papéis de algoz e vítima se alternavam. Apesar disso, inequivocamente, eu me percebia incomodado, embaraçado com

aquele xingo: “seu viadinho!”. E, com o tempo, tornou-se minha “kriptonita” – o mineral que, nas histórias do herói que eu assistia na TV, tinha o poder de enfraquecê-lo.

Em definitivo, não consigo precisar o momento exato da descoberta fatídica e forçosa, sei que veio pelo “outro” de forma extemporânea. Penso que esses episódios representam o princípio da minha perplexidade e negação ante a diferença; afinal, a oposição do “outro” aflora o conflito da identidade, passando, decerto, pela diferença que, para ser admitida e vivenciada como tal, pressupõe uma correspondência benfazeja por esse “outro” (MELUCCI, 2004).

Todavia, sei que, com pouca idade, a vergonha da própria existência começava a me exaurir e, conforme a minha mobilidade social deixava de depender paulatinamente da família de origem – mas sem abster da sustentação do grupo do qual fazia parte – eu era confrontado com a expectativa de achar-me dentro de outros sistemas de relações, distinguindo-me e, ao mesmo tempo, sendo reconhecido por esses “outros” (MELUCCI, 2004). Contudo, a alcunha “viadinho” me acompanhava, adquirindo maneiras complementares de ser pronunciada num processo de retroalimentação, no qual a nova forma de ser dito (o apelido) tinha rescaldo na anterior e assim continuamente. Isso posto, sob rompantes, meus irmãos passaram a desdenhosamente apelidar-me de “Juninho” em alusão a um primo distante de nossa mãe – Paulo Jr.¹⁵

Ele era um homem de meia-idade – aproximadamente entre os 40 e os 50 anos – gay, pobre, solitário e alcoólatra, adoecido pelas rejeições e toda forma de segregação da qual foi o alvo, o propósito. Morreu quando eu ainda era criança por consequência do alcoolismo, disseram-me à época. Hoje, corrigindo o obituário, presumo que a causa da morte foi

14 É o personagem principal do livro *Meu Pé de Laranja Lima* do escritor José Mauro de Vasconcelos, publicado em 1968. Zezé é um menino de seis anos que pertencia a uma família grande e paupérrima. Por enfrentarem graves dificuldades, a mãe tinha que trabalhar numa fábrica e, apesar do pai está desempregado, os irmãos mais velhos tinham que tomar conta dos mais novos e, por sua vez, Zezé era responsável pelos cuidados do seu irmão mais novo, o Luís.

15 Nome fictício a fim de preservar o verdadeiro.

o acúmulo de diferentes fatores: o preconceito, o isolamento e a tristeza aguda, pois não há como suportá-los por tanto tempo quando se é o escárnio sem eira nem beira. Era um homem gay contemporâneo da geração assombrada pelas estruturas reacionárias e despóticas; desafiá-las significava zombar dos privilégios da masculinidade, pagando o preço de ser nivelado por baixo. Quando se enfrenta numerosas apreensões da subjetividade, manter a musculatura emocional é improvável.

Conto essa história para segredar a vergonha que eu tinha de ser cotejado e colocado lado a lado com tal parentela. A humilhação desagradável decorria de muitas razões, mas darei ênfase à agressividade que ocupava o lugar da vítima, transformando-me em “superior”, pois aquele vulto não me cabia. Eu não queria sê-lo, desprezava piamente o único parâmetro de homem que gostava de outro homem. Rejeitava-o em segredo. Em voz baixa, tal como uma anciã pesarosa e ressentida, praguejava contra aquele homem; minha vergonha; afinal, eu próprio, sentia vergonha de mim. Daí, a necessidade da máscara, um violento e legítimo modo de sobrevivência que me possibilitou outro personagem enredado em outra história, da qual só eu tinha conhecimento (TREVISAN, 2017).

Por certo, a identidade, como ressaltava Melucci (2004), é um produto acontecido no social, mas também na individualização dos recursos de pertença e reconhecimento. Essa noção está totalmente ligada à capacidade de nos interpretar como indivíduos, pois tal possibilidade forma, por dizer assim, uma ação consciente e autorreflexiva. A questão do reconhecimento é fundamental para, no processo de definição de “nós mesmos”, identificar os limites colocados pelo ambiente e suas relações sociais. Não quero com isso macular nem culpar minha família, longe disso: apenas apresentar diferentes implicações da família

que não pode ser interpretada tão somente como uma “relação pura” (GIDDENS, 1993); pois, na mediação, revela-se conflituosa (DONATI, 2008). A família é paradoxal: ora é tudo, ora é nada (PETRINI, 2008); é ninho e nó (PERROT, 1993). O que quer dizer isso? Que a família é refúgio, proteção, calor humano e incessante conflagração, porque é uma “casa” – âmago da existência e cenário dos interditos.

Amalgamado ao ser junto e familiar eu passava a ter vergonha, uma forma anterior à culpa. Nesse momento, tinha a “ver” com o “não ver”, como os cortinados leves, transparentes e débeis, erguidos em fronteiras, separando os cômodos da casa, escondendo o que somente portas podem encerrar; mas, sabe-se, portas não são sempre intransponíveis. Essa alegoria de cortinas e portas ajudam a elucidar a eclosão da vergonha como um dos efeitos da relação do “mesmo” com o “outro”, “uma semelhança” envergonhada por reconhecer-se como “uma diferença” importuna (PIERRON, 2009).

A vergonha costumeiramente vem escoltada pelo ímpeto de esconder-se. Para conseguir tal intento, impõe-se um afastamento, exílio. Mas, como alcançar o esconderijo quando se é parte de um projeto ambicioso de “viver junto” em família? Fazer “viver junto” com familiares é, também, o mesmo que viver com “outros”, e essa realidade desdobra-se em pequenos embaraços, desilusões e incômodos. Para fazer-me parte, às vezes – na infância e ainda mais na adolescência –, substituí a realidade por uma lógica delirante a fim de que eu fosse outro que não era (PIERRON, 2009). Por isso os cortinados, os véus transparentes e ilusórios, pretendendo ocultar o comportamento vergonhoso ou censurável, inclusive, a forçosa; mas, corroborada, e constrangida condição de “bastardo”.

A infância e a história, segundo Rabinovich (2005), estão nos primórdios uma da ou-

tra, entrelaçadas. A existência do homem enquanto ser histórico, dar-se, simplesmente, por haver a infância do homem; isto é: “[...] para falar, ele [o homem] tem necessidade de se expropriar da infância [...]”. De tal modo, voltar à infância, ocasião e “[...] condição necessária para o despertar das primeiras manifestações da vergonha” (LA TAILLE, 2002, p. 18); convenceu-me de que o sentimento de vergonha está na base do problema da inferiorização que é algo mais-do-que-forte entre os negrogays.

Reportando-me à tese sartriana, encontro a afirmação de que na vergonha, tem-se a noção de “estar no mundo”, posto que “[...] é, por natureza, *reconhecimento*. Reconheço que *sou* como o outro me vê” (SARTRE, 1997, p. 290, grifo do autor), através da consciência e juízo alheio. Não se é julgar sozinho. A hipótese é que a consciência de “ser-para-outro” consiste na consciência do “eu-objeto” legitimado, assumido e reconhecido; o meu “ser-fora”: envergonhado como cúmplice de um controle externo (SARTRE, 1997). A inferiorização mais-do-que-forte é, portanto, estar inferiorizado não como algo tão somente endógeno, mas um “fora” sancionado à proporção do meu “fora” existencialmente negativo.

Derradeiras palavras em pessoa trina

‘Cá, entre nós’ [...]. ‘Psiu, não conte para ninguém’ [...]. Em certo sentido, o ato de escrever [...] é] expor [...] publicamente uma confidência privada [...]. (MORRISON, 2003, p. 212)

No centro da metodologia e do método que usamos para os relatos autobiográficos, está a experiência. Essa noção da experiência está totalmente ligada à poética, pois elas formam, por dizer assim, uma unidade em que é na possibilidade de ter experiência a possibilidade de ser da poética. A experiência é a novidade,

de, aquilo que vem de fora e nos encontra, nos derruba, nos abre o mundo. Pode ser o mundo subjetivo, interno, pois podemos ter essa experiência de nós mesmos.

Nesse sentido, a questão da revelação é precípua na poética e na (auto)biografia. Com isso, estamos dizendo que iniciamos esse caminhar poético sem mapa e bússola, apenas receptivos às revelações da (auto)biografia, denominação que nos agrada muito, porque tem na biografia a pulsão para além do método (auto)biográfico, posto que é história/experiência de vida.

Ainda assim, deixamos registrado nossa predileção pela expressão “histórias de vida”, primeiro pelo plural que revela uma vastidão de possibilidades, atravessando a temporalidade para ser desde um gênero literário, feito de descrição específica e imaginativa, até uma ciência que pretende compreender o mundo. Segundo, porque é vida, “uma vida”, portanto, um modo de escrever uma vida.

Para escrever uma vida, ou melhor, a história de vida, espera-se ter a obstinada vontade de, ante o desafio autobiográfico, caminhar em direção àquele “baú velho” de aspecto hermético, possuidor de uma crosta densa de poeira e abandonado no canto escuro de nós mesmos. E, mesmo assim, abri-lo com mãos de quem sabe que o “baú velho” diz muito sobre cada um de nós através do cheiro forte das lembranças antigas.

Daí a importância do pronunciado “cá, entre nós” é uma expressão que conhecemos desde a terna infância quando, aproveitávamo-nos da distração dos mais velhos, submergidos naquela intimidade de conversas, às vezes, calmas, às vezes, agitadas; mas, sempre “caudalosas” em expor “publicamente uma confidência privada” (MORRISON, 2003, p. 212). Na verdade, a ideia de trazer tal expressão veio-nos a partir do romance publicado por Toni Morrison, *O olho mais azul*, no qual ela recebe-nos com um

familiar “cá entre nós”, chamando-nos a se-gredar, compartilhar revelações engendradas numa insólita “intimidade instantânea”.

Por isso, esperamos que a experiência com este estudo tenha sido de uma “conversa de pé de ouvido”, obviamente, não no sentido da bisbilhotice, mas por seu caráter confidencial; afinal, tratamos, cada qual ao seu modo, de histórias de vida. Por isso, a intimidade, intencionalmente forjada desde o início deste artigo, quando “vocalizado” em pessoa una, estendeu-se, deliberada e propositalmente, até essas derradeiras palavras, transubstanciadas em pessoa trina – o individual espreado e conjugado no “nós” em estrofes e tercetos.

Referências

- CALDART, Roseli S. Elementos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. **Trabalho necessário**, ano 2, n. 2, p. 1-16, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalho-necessario/article/view/3644/3444>> Acesso em: 16 dez. 2019.
- CANNEVACCI, Maximo. Etnografia post-euclidiana e culturas digitais. **Diálogos Possíveis**, v. 12, n. 1, 27-46, 2013.
- CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; C. Wanderley. (orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 1-16.
- DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI**: abordagem relacional. Tradução de João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.
- ELLIS, Carolyn. **The ethnographic I. A methodological novel about autoethnography**. Walnut (USA): Alta-mira Press, 2004.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- ICHU, Bahia/ Brasil. Lei nº 014 dispõe sobre às **Diretrizes básicas da política Municipal de Educação Contextualizada e de Educação do Campo** de 08 de outubro de 2014.
- LA TAILLE, Yves de. O Sentimento de Vergonha e suas Relações com a Moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002.
- MALVEZI, Roberto. **Semiárido**: uma visão holística. Brasília: CONFEA, 2007.
- MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**: a mudança de si em uma sociedade global. Tradução de Adriano R. Marinho, et al. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.
- MORRISON, Toni. **O olho mais azul**. Tradução de Manoel Paulo Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MOURA, Abdalaziz de. Filosofia e princípios da PEADS (PE) e do CAT (BA). In: BAPTISTA, F. M; BAPTISTA, N. Q. (Org.). **Educação rural**: sustentabilidade do campo. Feira de Santana, Ba: MOC; UEFS; (Pernambuco); SERTA, 2003. p. 17-27.
- NEVES, Rita de Araujo; DAMIANI, Magda Floriana. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. **UNIREVISTA**, São Leopoldo-RS, v. 1, n. 2, abril, p. 1-10, 2006. Disponível em: <<http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/vygotsky.pdf>> Acesso em: 28 jul. de 2020.

NITSCHACK, Horst. A escrita autobiográfica de Graciliano Ramos: buscando o espaço da subjetividade. *In: GALLE, Helmut.; et al. (Orgs.). Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria autobiográfica.* São Paulo: AnnaBlume; FFLCH; USP; FAPESP, 2009, p. 287-247.

PAZ, Octavio. La consagración del instante. *In: ADORNO, T. W. et alii. El arte en la sociedad industrial* (pp. 127-138). Buenos Aires: Rodolfo Alonso, 1972. (ed. Original 1960)

PERROT, Michelle. O nó e o ninho, **Revista Veja, 25 anos:** reflexões para o futuro. São Paulo, 1993, p. 75-81. Disponível em: <<https://vdocuments.mx/o-no-e-o-ninho-michelle-perrot.html>> Acesso em: 28 jul. de 2020.

PETRINI, João Carlos. Família na abordagem relacional de Pierpaolo Donati. *In: DONATI, Pierpaolo. Família no século XXI: abordagem relacional.* Tradução de João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

PIERRON, Jean-Philippe. **Le climat família:** une poétique de la famille. Paris: Eds du Cerf, 2009.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. A partir de Agamben: por um mais complexo conceito de infância e de história na psicologia. **Revista Profanações.** Ano 2, n. 1, p. 5-14, jan./jun. 2015a. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/723>> Acesso em: 28 jul. de 2020.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Por uma autobiografia da infância e da poética. *In: SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.). (Auto)biografia e documentação narrativa:* dados de pesquisa e formação. Salvador: EDUFBA, 2015b. p. 149-160.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. A poética da casa da minha infância ou como o ser criança escreveu minha vida. *In: RABINOVICH, Elaine Pedreira; REIS, Lillian Perdígão Caixeta; LEAL, Teresa Cristina Merhy; REINA, Vanderlay Santana (Orgs.). Família e poéticas da infância:* relatos autobiográficos. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 53-60.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Infância e história: destruição da experiência e origem da história. **Rev**

Bras Cresc Desenv Hum, 15 (2), p. 119-123, 2005. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v15n2/13.pdf>>. Acesso em: 28 jul. de 2020.

RAMOS, Graciliano. **Infância.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1995.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Ser ou não ser da roça, eis a questão:** identidades e discursos na escola. Salvador: EDUFBA, 2011.

ROMANO, Claude. **L'aventure temporelle.** Paris: PUF, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP,** 15 (3), p. 11-28. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada:** ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdígão. Petrópolis: Vozes, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. **Reflexões sobre o racismo.** Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Antonio José de. O homem (parte 1). *In: RAMOS, Isaac Almeida (Org.). Poetize 2018, Concurso Nacional Novos Poetas, Antologia Poética.* Cabelo/PB: Vivara Editora Nacional, 2018a, p. 73-74.

SOUZA, Antonio José de. **O já-dito e não-dito acerca das identidades e cultura afro-brasileira:** histórias de vida-formação-profissão dos docentes de classes multisseriadas. Curitiba: Editora CRV, 2018b.

TREVISAN, João Silvério. **Pai, Pai.** Rio de Janeiro: Alfabeta, 2017.

VALENÇA, Alceu. **Cabelo no Pente.** Intérprete: Alceu Valença. CD Cinco Sentidos, faixa 02, Álbum A. 1981.

Recebido em: 20/12/2019

Revisado em: 22/04/2020

Aprovado em: 28/07/2020

Elaine Pedreira Rabinovich é doutora em Psicologia Social. Pós-doutorado em Psicologia Ambiental e Psicologia e História pela Universidade de São Paulo (USP). Docente adjunta da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Coordenadora do grupo de estudos Família, (Auto)Biografia e Poética (Fabep) da UCSal. *E-mail:* elaine.rabinovich@pro.ucsal.br

Ana Maria Anunciação da Silva é especialista em Educação do Campo pelo Instituto Federal Baiano (IFBaiano) de Serrinha (BA). Assistente Social pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Professora da Educação Básica do município de Ichu (BA). Integra o grupo de pesquisa Formação, Experiência, Linguagens (FEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* Coité. *E-mail:* annaichu@hotmail.com

Antonio José de Souza é doutorando do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PP-GFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Mestre em Educação e Diversidade Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor colaborador da especialização em Educação do Campo do Instituto Federal Baiano (IFBaiano) de Serrinha (BA). Integrante do grupo de pesquisa Família, (auto)biografia e poética (Fabep) da UCSal, do Laboratório LaPPRuDes – Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial (IFBaiano), da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). *E-mail:* tonnysouza@gmail.com